

D. JOÃO DE CASTRO E O UNIVERSALISMO DA CULTURA PORTUGUESA¹

FREDERICA CHICHORRO

Portugal foi um campo fértil para experimentalismos vários. Mas infelizmente é comum pensar-se que esteve sempre muito mais receptivo aos ventos vindos de Levante, do que a tomar a iniciativa de inovar principalmente no campo da Arquitectura. Se assim fosse, não seria, no entanto, o único país a reagir assim ao movimento europeu do Renascimento; o mesmo se passou com a Coroa de Castela ou com a França. E se isto é verdade para estilos como o Românico ou o Gótico, mais ainda o é para a Renascença, pois esta nasceu e cresceu à sombra das ruínas Romanas da Toscana, da Cidade Eterna, ou foi fruto da prosápia dos Senhores de Veneza e Nápoles.

Assim, não seria de estranhar, dada a nossa distância física, o tempo que demorou a chegar até nós a nova gramática *ao Antigo*, e menos ainda que as obras em que ela se manifestou tenham sido da iniciativa de grandes Humanistas, príncipes de Sangue Real ou apenas príncipes das *Literae Humaniores*.

Sendo um movimento humano, o Renascimento teve, logicamente, variadas causas, com datações e incidências diferentes de região para região. As suas origens entroncam numa série de factores que abarcam toda a conjuntura económico-social, onde se nos destaca a ascensão da burguesia ao poder político, e a laicização da Cultura, no geral.

Fundamental foi também a pressão dos Humanistas na abordagem da literatura clássica, após a famosa descoberta no mosteiro de St. Gall (ou Montecassino ?), por Poggio Bracciolini do *De Architectura libri decem*, de Vitruvius. Esta descoberta desencadeou, no quadro da nova ideologia política e mercê da fraca implantação do Gótico em

¹Este artigo foi elaborado com base na Dissertação de Mestrado, com o tema “O Espaço Centrado na Arquitectura Portuguesa do Renascimento”, defendido em 1996 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor Doutor Pedro Dias, a quem, desde já, queremos expressar os nossos agradecimentos pela generosidade com que nos forneceu dados da investigação da sua obra “*História da Arte Portuguesa no Mundo. 1415-1822 - O Espaço do Índico*”.

Itália, o gosto pela arte coetânea, facilitada pelas ruínas romanas aí existentes.

No contexto lusitano é de sublinhar, a respeito do destaque dos intelectuais-cientistas portugueses, que, e como refere José Manuel Garcia, este descobridor italiano, Poggio Bracciolini, por intermédio dos lugares que exerceu junto do Vaticano, teve contactos com Portugal, inclusive com protagonistas da grande epopeia. Destes é exemplo a carta, de cerca de 1448, escrita, dentro do género humanista em voga, elogiando o Infante D. Henrique, então afamado por toda a Europa, colocando-o ao nível dos heróis da Antiguidade, num tipo de descrição literária que iria culminar em *Os Lusíadas*.²

A conjuntura Portuguesa é distinta da que se vivia em Itália, daí que não seja justo atribuir-se à arte do Renascimento, principalmente pós-Descobrimentos, uma raiz unicamente mediterrânica.

Aqui a autonomização ou reelaboração dos ideais da produção artística impuseram-se na sociedade por outros meios, distintos dos italianos, ou antes, através de outros estímulos.

Destacam-se, em primeiro lugar, os Descobrimentos e a consequente abertura gerada em todos os campos da sociedade, que se fez desde logo sentir na necessidade de repensar os dogmas estabelecidos e que, agora, já não satisfaziam este Homem Novo, capaz de encarar directamente aquilo que eram velhos mistérios e medos sem razão do mar desconhecido.

Assim, o viajante português, o Navegador, encarna bem a concepção de que o Renascimento se baseava idealmente no Antigo, consciência da superação a processar, inclusive com os impulsos patrióticos, tal como se acusara inicialmente em Florença.

Esta superação a nível científico reflecte-se na abertura e sentido prático, de que D. João de Castro pode ser exemplo.

Em Portugal, durante o período da Expansão, houve várias tendências estéticas, e a adaptação das modas importadas já era uma característica anterior, mas que se veio a acentuar com a tendência dos humanistas para os estrangeirismos, sucedendo, a uma anterior fase de relativa autonomia manuelina.

No que respeita ao Humanismo na Corte Portuguesa, deve salientar-se como passo da maior importância para a afirmação da moda Clássica e para a divulgação dos seus modelos na Corte, a contratação de Cataldo Parísio Sículo, em 1485, para preceptor do

²GARCIA, José Manuel (1994: 12-14).

pretendido herdeiro de D. João II, o Senhor D. Jorge de Lancastre. A Cataldo se atribui a introdução do Humanismo Renascentista em Portugal pelo interesse, entre os intelectuais e nobres sequiosos de modernidade, pelas *Litterae Humaniores*, de que são testemunhos a literatura coetânea e acção mecenática que se fez sentir. Estes mecenas, monarcas e nobres envolvidos, não se limitam à Literatura e alargam os seus investimentos a todas as formas de manifestação cultural, incluindo a Arte. O seu exemplo seria seguido pelo clero e burguesia, esta última actuando à imagem dos mercadores italianos em Portugal. No entanto, e apesar da importância desta semente que Cataldo deixou, estas vagas humanistas tiveram um eco isolado, mercê da ambiência que se iria sentir nos anos seguintes, ou até pela incapacidade de um encaixe tão rápido quanto quereriam inicialmente os nossos monarcas.

Com o tempo, gradualmente a nova Cultura foi penetrando nos meios propícios e, de forma mais indirecta, através da formação em outros centros europeus, como pode exemplificar o gosto pelo Hebraico trazido de Lovaina para o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, por Frei Brás de Braga.

Fruto da excepcional acção de reforma do Estado que decorreu na época manuelina, nota-se um interesse crescente pela fortificação e pelo ordenamento urbano ou arruação, que abarca toda a extensão do reino, bem como o estímulo pela regularização unificadora, detectável na divulgação das obras teóricas.

Mas, a vitória total do gosto classicista só seria plenamente assumida durante o reinado de D. João III, nas décadas de 1530 e 40, de que existem ainda alguns exemplos da sua vertente mais erudita. Deles fazem parte obras que foram da iniciativa de mecenas como D. Diogo de Sousa, em Braga; D. Miguel da Silva, no Porto e Viseu; Frei Brás de Braga em Coimbra; os Vimioso, os Melo, os Costa e os Condes de Sortelha em Évora.

Embora o sistema corporativo de raiz medieval se mantivesse em Portugal, a bagagem e *inventio* dos principais artistas da Corte abriam o caminho para a ascensão social destes criadores e para o seu envolvimento pessoal com os encomendantes.

Dentro dos encomendantes podemos destacar, como caso-tipo exemplificativo, D. João de Castro.

D. João de Castro³ pode ser um exemplo para o que o historiador Oliveira Marques define por nova *Nobreza de Corte*, entre a qual se distinguiam os escolhidos pelo governo para cargos metropolitanos e ultramarinos, na diplomacia, exército, marinha, descoberta e colonização; e a exemplo do seu governante, conciliavam tais cargos com investimentos comerciais, gozando os lucros com aquisições não lucrativas, o que nem sempre lhes permitia formar grandes fortunas⁴.

D. João de Castro, que desde jovem se interessou pela náutica e cosmografia, fazendo medições astronómicas ou, com o seu amigo, o Infante D. Luís, coleccionando astrolábios medievais árabes, viria nas suas viagens a elaborar várias obras onde, obviamente, se reflectem os conhecimentos anteriormente adquiridos.

Na verdade, ele integrou o círculo do Infante D. Luís (1505-1555), a quem homenageia no seu roteiro de 1538, afirmando que na casa real do príncipe - onde era criado - foi "*onde a sciência da cosmografia mais floreceu q noutra parte alguma desta redondeza que habitamos*". Na aceção de José Manuel Garcia, o Infante "*terá sido no século XVI em Portugal, uma das pessoas mais entendidas em cosmografia pelo menos no plano teórico*"⁵. D. João de Castro teria,

³ D. João de Castro que nasceu em Lisboa, em vinte e sete de Fevereiro de 1500, gozou da formação própria dos jovens da sua categoria ao tempo de D. Manuel. Aos dezoito anos iniciou a vida militar, no Norte de África. Foi para Tânger sob as ordens de D. Duarte de Meneses, que o armou cavaleiro; onde ficou até 1524, a provável data do seu casamento com a sua prima segunda, D. Leonor Coutinho, de quem teve, logo no ano seguinte, o primeiro filho, D. Álvaro, nascido em Almada. Voltou para Marrocos em 1527, sob ordens do Rei, revelando promissora carreira no horizonte, o que testemunha a sua participação na armada de Carlos V, a Tunes, em 1535. Três anos depois, em 1538, partiu, na nau Grifo, para a Índia, integrando a armada do seu cunhado, o vice-rei D. Garcia de Noronha. Voltou em 1542. Mas antes, em vinte e dois de Abril de 1541, acompanhara D. Estevão da Gama (filho de Vasco da Gama) numa armada ao Mar Vermelho, na qual, em Toro, perto do Mosteiro de Santa Catarina do Monte Sinai, D. Álvaro de Castro, com treze anos, foi armado cavaleiro. Em vinte e oito de Março de 1545 voltou para a Índia, acompanhado dos filhos D. Álvaro e D. Fernando; foi como seu décimo terceiro Governador, por sugestão do seu grande amigo, o Infante D. Luís, junto do irmão, o Rei D. João III. Desta governação destaca-se a sua vitória no segundo cerco de Diu, em 1546; episódio em que perdeu o filho D. Fernando. Um ano depois, em 1547, recebeu o título de Vice-rei. No ano seguinte, viria a falecer em Goa.

⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira (1995: 167).

⁵ GARCIA, José Manuel (1995: 13).

Este Infante também tinha os seus feitos militares, foi, inicialmente sem o consentimento do irmão, auxiliar Carlos V — com quem manteve vários contactos — a Tunes, em 1535, no ataque à D.inação de Haredin Barba-Roxa. Aliás, D. Luís era o recurso político de que o povo se socorria para fazer face os fanatismos de D. João III,

obviamente, tirado proveito dos contactos com o Infante, que, para Carolina Michaëlis, se distinguia entre os filhos de D. Manuel.

Para além de interessado pela ciência, D. Luís era ainda um perito em arquitectura militar, pelo que viria a encomendar a Benedetto de Ravena os projectos para Mazagão e Ceuta, executados em 1541, à semelhança dos novos sistemas defensivos com baluartes italianos.

D. João de Castro conheceu D. Luís em Tunes, antes de ir com o Arquitecto Miguel de Arruda para Ceuta, com quem cimentou amizade entre 1535 e 1538. Esta crescente amizade com o Infante D. Luís gerara-se principalmente pelas mesmas curiosidades científicas, o que engloba Pedro Nunes, como testemunham as dedicatórias nas suas obras, entre si ou a D. Luís, o eixo destas relações. Cultivavam ainda os mesmos lazeres, igualmente com frutos didácticos. Aqui, evidenciam-se os passeios pela natureza e arqueológicos, que ocorriam de preferência em Sintra, na sua quinta, em momentos que desfrutava com os amigos.

O Infante também tinha estudado com Lourenço de Cáceres e, apesar das poucas fontes para a biografia de D. Luís, sabemos que recebeu cartas de Santo Inácio de Loyola, conheceu pessoalmente S. Francisco Xavier e S. Francisco de Borja, que o terão marcado ao ponto do Príncipe solicitar a entrada na Companhia de Jesus, tendo sido dissuadido por este último.

D. João de Castro beneficiou ainda, ou até principalmente, das lições de Pedro Nunes (1502-1578), o maior matemático do seu tempo, que fora convidado pelo Rei, em 1531, para preceptor de seus irmãos Luís, Henrique e Duarte e que ocupou o lugar de cosmógrafo régio a partir de 1529⁶. Pedro Nunes tinha maior à-vontade na ciência pura, se bem que foi o seu espírito utilitário que mais explorou nas aulas aos príncipes. Na abordagem de estudos clássicos, estes estudiosos — Pedro Nunes, os três Infantes e D. João de Castro — em conjunto, partiam para as questões de náutica levadas à prática na experiência, invenção e teste de novos instrumentos.

Assim se gerou a primeira academia científica, em Lisboa, a partir de 1536, em cujas sessões quotidianas D. João de Castro

deste apoio são exemplo os cristãos-novos, pelos quais lhe chegou a escrever o Papa Paulo III.

⁶ De ascendência judaica, Pedro Nunes estudou em Salamanca (Artes, Matemática e Medicina), e desde 1529 que ensinava na universidade em Lisboa (Filosofia, Lógica e Metafísica), e em Coimbra, tinha a cadeira de Matemática. Em 1562 aposentou-se. Da sua obra destacam-se o *Libro de Algebra*, de 1537, o *Tratado da Sphera*, do mesmo ano, e o *De Crepusculis*, de 1542.

participou. Foi, por sua vez, por meio de Pedro Nunes, amigo do vitruvianista John Dee, que se iniciou a "redescoberta" do *De Architectura* (Vitrúviu, séc. I a.c.), em Portugal. Em 1534-36, Pedro Nunes efectuou a sua primeira tradução fora de Itália, a mando do Rei, e, novamente, por encomenda do Infante D. Luís.

Desenvolvendo igualmente as suas abordagens numa perspectiva prática e "*sendo o melhor discípulo de Nunes e ele próprio um bom erudito, D. João de Castro não poderia permanecer alheio a esta tendência do vitruvianismo científico*".⁷ Obteve, assim, uma formação que se iria reflectir claramente nas suas obras literárias e científicas, tanto na estrutura como na própria capacidade de análise e comparação.⁸

Assim é que a arquitectura estará no horizonte dos seus interesses, atento aos trabalhos de outros arquitectos e arquitectura, por exemplo: o acompanhamento das fortalezas do Norte de África, onde, em 1539, já tinha ido seis vezes, ou bem marcante ainda no contacto com a arte indiana, a qual estuda redigindo um estudo comparativo com a Antiguidade. Entre renomeados arquitectos portugueses destaca o, já referido, Miguel de Arruda,⁹ em 1546 fez a traça de Moçambique para D. João de Castro, recomendada por D. João III.

⁷ MOREIRA, Rafael (1995: 52).

⁸ Entre as suas obras têm particular realce: 1529-1536 - "*Tratado da Esfera...*"; elaborado durante as Aulas de Pedro Nunes, o que se revela no simples facto de estar estruturado como um manual de ensino, na forma de diálogo entre o mestre e discípulo real, embora revele arcaísmos científicos em relação ao de Pedro Nunes (1537); 1536 - "*Da Geografia por modo de diálogo*"; 1538 - "*Roteiro de Lisboa a Goa*", onde se lê a homenagem a D. Luís, com que faz referência à Ciência da Cosmografia; 1539 - "*Roteiro de Goa a Diu*"; 1541 - "*Roteiro do Mar Vermelho*", ou "*mar Roxo*".

⁹ Miguel Daruda (1500-1563), sobrinho de Diogo e filho de Francisco, que em 1533 sucedeu João de Castilho como mestre de obras do Mosteiro da Batalha, em 1541 foi com Benedito de Ravena visitar a fortaleza de Ceuta, cujo governador, D. Afonso de Noronha, o considerou apto a colaborar na ocupação de Fez e Marrocos. O Norte de África era então o local de ensaios das experiências de técnicas e métodos italianos. Em 1543, volta a Ceuta com D. João de Castro, para examinar praças, como técnico, deixando recomendações. Nesse mesmo ano sucedeu o seu irmão Pedro, à sua morte, como mestre das obras de pedraria e alvenaria dos paços reais de Santarém, Almeirim e Muge, cargo que praticamente lhe atribui todo o Ribatejo, e cujo documento o menciona "cavaleiro da casa real" e "mestre das obras reais". Em 1549, o Arquitecto Régio foi nomeado "Mestre das obras das fortificações do Reino, Lugares d'Além (ou seja, do norte de África) e Índia", lugar que demonstra uma necessidade de administração vasta mas, ao mesmo tempo, centralizada. Esteve em Tomar, onde o Rei o mandou informar com João de Castilho. Foi acumulando mercês até à sua morte em 1563.

São normalmente atribuídas a Miguel de Arruda a Capela da Penha Verde, na quinta de D. João de Castro, e a do Paço de Salvaterra de Magos de D. Luís, ambas são casos interessantes de arquitectura de plano centrado. J. E. Horta Correia refere-o como exemplo da adaptação da cultura tratadística e da transposição de elementos da arquitectura militar e utilitária para a religiosa, o que nos ajuda a compreender melhor o "estilo chão", bem como a semelhança entre as cisternas das fortalezas e a estrutura essencial das Igrejas-salão.¹⁰

Miguel de Arruda deve, portanto, ter sido uma importante fonte para o humanista João de Castro alargar os conhecimentos de arquitectura e engenharia, cujo talento irá revelar na defesa de Diu, como comenta Rafael Moreira.

Mas não foi só a arquitectura que beneficiou das viagens de D. João de Castro pois, por exemplo, enviou com o filho para Sintra, as estelas em sânscrito, que foram fruto do saque após a vitória de Diu (1546), procedimento que aliás era usual já dos "antecessores" heróis romanos.

Já nestas atitudes, D. João de Castro revela-nos o gosto pela redescoberta do antigo e a conseqüente tendência para o coleccionismo, numa viragem para a perspectiva "científica" do conhecimento onde se inclui a astrologia e a epigrafia. Também ele próprio trazia várias estelas do oriente para que, juntando-se a outros "especialistas", como Francisco de Holanda e André de Resende, se debruçarem sobre estas e as estudarem, revelando, assim, a sua vocação para a investigação.

Entre os humanistas com que conviveu, inclui-se também Francisco de Holanda (1517-1584)¹¹ que se pensa ter vivido na Quinta

¹⁰ CORREIA, J. E. Horta (1991: 40).

¹¹ *Francisco d'Ollanda*, lisboeta, filho de iluminador e retratista, foi pintor, arquitecto, arqueólogo e teórico das artes. Gozou de uma certa protecção como moço dos infantes D. Fernando e D. Afonso, para além da amizade de D. João III, Dona Catarina - de quem talvez fizera um retrato - e de D. Sebastião. Durante a infância conheceu a efervescência cultural e artística que se vivia em redor das Cortes em Évora. Cultivava uma amizade por André de Resende. Em 1538 visitou Itália como bolseiro, e aí frequentou o meio de Vittoria Colonna, poetisa romana (1492-1547); e, ao voltar, 2 anos depois, trazia o "*Das Antigualhas que vio na Italia*", onde se inclui a rica imagem de *Roma Desfeita*, a primeira imagem Humanista de lamentação sobre as ruínas de Roma, e onde é dominante o Panteão (sec. II) quase intacto. Este livro enquadra um importante conjunto de modelos, ou dados arqueológicos, que Francisco de Holanda queria trazer como proposta renovadora para Portugal.

de Nossa Senhora dos Enfermos, próxima de Sintra, onde se recolhia e escrevia, e de onde saíria em grandes passeios com D. Luís.

Na sua governação de Goa, onde obteve as melhores relações externas, D. João de Castro foi alvo das mais variadas reacções de simpatia. No que respeita à gestão, logo em Setembro de 1545, seis meses após o começo do governo, teve que corrigir problemas gerados pelo “Bazaruco”, moeda lançada pelo anterior Governador, Martim Afonso de Sousa, e que se vieram a arrastar até 1548.

Mais agradável e espiritual, à sua chegada, foi, em Dezembro de 1545, o pedido do Rei de Tanor para que D. João de Castro e o Bispo, o apoiassem na sua conversão ao Catolicismo, assim como de toda a família, aliciando-o com sucessivos convites.

Estas simpatias exteriores fazem-se notar na vasta listagem que o tesoureiro de Goa, elaborava sobre os presentes que D. João de Castro ia recebendo, permitindo-lhe contactar com novos produtos e com novas expressões artísticas.

De toda a sua governação na Índia o episódio mais marcante ocorreu com o ataque da cidade de Diu (segundo cerco de Diu), onde perdeu o seu filho D. Fernando, em 10 de Agosto de 1546. Logo após a vitória, iniciou, em Novembro, a construção da fortaleza, chegando a empenhar as suas barbas para abarcar as despesas. A respeito deste segundo cerco, D. João de Castro queixa-se que desconhece o que resta da muralha, tudo era entulho, pois foi muito grande a destruição¹². Quando tomou a seu cargo a reconstrução pretendeu dar corpo a uma obra para durar, tendo ao seu serviço o arquitecto oficial Francisco Pires, que vinha das obras da Fortaleza de Moçambique, a quem não poupa elogios, assim como o seu filho D. Álvaro. Empreendeu, assim, em 1547, a “*mais robusta e moderna fortaleza construída na Índia até então*”¹³, considerada uma obra-prima da arquitectura militar do Renascimento.

Segundo o neto D. Fernando de Castro, D. João de Castro deu grandes poderes a este “*homem grande fabricante de fortalezas*”, Francisco Pires, e repartiu o trabalho por todos, incluindo os fidalgos que o acompanhavam “*que, como sobre roldas, andassem vendo a*

¹² A fortaleza tinha sido iniciada por Nuno da Cunha em 1535. Mas já D. Garcia de Noronha tivera que fazer grandes reconstruções por causa do primeiro cerco, de 1538. Estes melhoramentos não conseguiram resistir ao segundo cerco, o de 1546, pois eram muralhas fracas e que seguiam a tradição medieva: com as torres e os baluartes dispostos irregularmente, o castelo separado da povoação, etc.

¹³ MOREIRA, Rafael (1995: 55).

*obra como se fazia e se ia conforme a traça que fora determinada no conselho que tomou*¹⁴.

As obras alongaram-se e, sabemos que, nos anos 80, havia um mestre de obras de pedraria, em permanência, pago pelo erário público. Com cerca de 260 m, aquela que é considerada a mais importante fortificação portuguesa na Índia, estava pronta em 1636.

As melhores imagens de Diu são as vistas de D. João de Castro, e os desenhos das “*Lendas da Índia*” (3º vol.) de Gaspar Correia, de cerca de 1540, dando, este último, mais destaque ao castelo. Dentro do Forte viviam os militares e suas famílias, distribuídos por três quarteirões irregulares, cujo vértice comum partia do adro da primitiva Igreja Matriz. Tinha uma configuração triangular e um grande “cavouco” onde se fez a cisterna que levava “cinco mil pipas de água”. Nela trabalhava toda a armada do governador¹⁵. A estrutura tinha três grandes baluartes, virados para terra, redondos e com aberturas nas muralhas, ligados por maciças cortinas rectas. Havia uma torre rectangular logo a seguir ao baluarte virado ao rio, e outra no outro extremo, ao lado da capela de S. Tiago. Esta linha de defesa ainda existe visto que foi refeita nas obras de depois de 1546. Estranhamente, o desenho do baluarte do mar de Gaspar Correia não coincide com o de D. João de Castro, nem com o que resta actualmente, que já é do fim do século XVI.

Não obstante os sucessos alcançados no Oriente, D. João de Castro vivia sempre na expectativa de voltar, saudoso da sua Sintra. De longe, o vice-rei acompanhou sempre os trabalhos aí realizados, como demonstra parte da longa carta enviada por Lucas Girdi¹⁶ a D. João de Castro, iniciada antes de 20 de Dezembro de 1545 e terminada a cerca de 15 de Março do ano seguinte. Entre variadas informações, diz-nos que “(...) *quanto a sua quintã de Syntra (...) dizem me que esta muito bem e os arvores muito adiante e bem medrados*”.

¹⁴ CASTRO, D. Francisco de (1995: 341).

¹⁵ COUTINHO, Lopo de Sousa (s/d: cap.IX).

¹⁶ Dez dias antes do retorno para a Índia, em 19 de Março de 1545, e precavendo-se para os perigos que o esperavam, D. João de Castro redigiu um testamento, nomeando seu testamenteiro o grande amigo, Lucas Girdi, com sua mulher e filho, D. Álvaro. Lucas Girdi, um grande senhor e mercador-banqueiro, conceituado em Florença, que estava em Lisboa desde 1515. D. João de Castro já há muito que lhe confiara sua fazenda. No testamento, cujo assunto de maior preocupação — para além da sua idoneidade económica, pois tinha ficado arruinado na viagem ao mar Vermelho em 1540-41 — foi a sucessão na propriedade da Penha Verde, o casamento das filhas e algumas obras de caridade.

Era através do banqueiro e outros amigos que levava a efeito os seus projectos, como nos testemunha outra passagem da mesma carta "(...) *pedra arrancada pera fazer a outra casa, que com mentiras de offiçiaes nã se fez este verã / de maneira que a quintaa yra adiante / que a senhora dona Lianor -a sua mulher- hyra laa estar ho verã e se fara milhor em sua presença que em ausencia /(...)*"¹⁷.

Merece especial realce a Capela de N^a S^a do Monte. Esta revela o alcance dos conhecimentos que D. João de Castro tinha sobre a Arquitectura Renascentista e, novamente, a influência que os seus amigos terão tido na renovação da Quinta da Penha Verde, em particular Francisco de Holanda, até porque este tinha trabalhado para os morgados de Penha Verde, "*tendo pintado um pequeno quadro do Baptismo de Santo Agostinho*", facto que levou Vítor Serrão a pôr de parte a tradicional atribuição da autoria da ermida a Miguel de Arruda, a favor de Francisco Holanda, que chegara em 1540 de Roma, considerando haver nesta obra uma identificação com a "*fragilidade quase toscana das suas proporções classicistas, com a alma puramente italiana de Holanda*"¹⁸.

Os contactos entre D. João de Castro e Francisco de Holanda, traduziram-se nos seus passeios, durante os quais contactaram com a arquitectura envolvente, destacando-se aqui a Ermida de Nossa Senhora de Janas, que fica situada a 3 km a norte de Colares e que é anterior a 1494. A sua planta é constituída por um círculo acrescentado pelo anel concêntrico do alpendre. O interior é marcado por um corpo central alteado, constituído por 6 colunas a suportar um longo tambor e uma cúpula¹⁹. Tendo em conta as suas "*exíguas dimensões classicistas*", Vítor Serrão admite a sua "*filiação em traça de Francisco de Holanda*"²⁰.

Mas a participação de Francisco de Holanda na capela da Penha Verde seria no uso do "*pensamento teórico coerente*", que já o fizera "*conselheiro artístico da corte*" e lhe daria aqui intervenção ao nível da sugestão, pois, como comenta Sylvie Deswarte, Holanda era

¹⁷ RAU, Virgínia (1965: 21, 27).

¹⁸ SERRÃO, Vítor (1989: 52).

¹⁹ Pensa-se que foi edificado sobre os vestígios de um templo romano, que seria igualmente de planta circular, um *tholos* dedicado a Diana. A qual corresponde à grega Ártemis, deusa ligada à terra e à caça; o seu culto poderia "sobreviver" na devoção a São Mamede, protector dos gados, estes, em romagens à capela de Janas, no dia de festa — 17 de Agosto — iam levados pelos seus donos; aí, onde inicialmente entravam, davam 3 voltas à ermida no sentido oposto aos relógios.

²⁰ SERRÃO, Vítor (1989: 52).

"frequentemente medíocre desenhador de plantas arquiteturais"²¹. Se assim fosse, a Capela limitar-se-ia à sua autoria, não tendo em conta os gostos pessoais do Vice-rei, manifestos na sua admiração pelo culto indiano da natureza, nos seus jardins e nos seus cenários para a arquitectura, principalmente de tipo votivo, bem como a análise que fez da mesma.

Esta admiração pelo Oriente veio, aliás, a reflectir-se na estima que tinha pela quinta que quis preservar "estéril" e até aumentar, pois, como recompensa da sua vitória em Diu, apenas pediu a D. João III "um rochedo com 6 árvores": o Monte das Alvíssaras, que continuava com a quinta²².

D. João de Castro teria, desde logo, tido inspiração para idealizar o "conjunto celebrativo" da Penha Verde e até da própria capela, como nos parece querer revelar parte do *Roteiro de Goa a Diu*, de 1539, onde descreve com admiração o templo de Xiva, datado de entre o século VIIº a VIIIº, da ilha de Elefanta, o qual é escavado de um rochedo, "cavando a penha viva"; e os pagodes da ilha de Salsete, de entre o século IIº a IVº, que refere serem: "Entre humas grandes serras, — o que corresponderia ao denso arvoredo de Sintra — esta hum gandissimo e alto penedo quasi redondo, tendo, portanto, a forma e o destaque que tem a Capela da Senhora do Monte. Diz ainda que (...) esta edificado hum grande e nobre lugar com muitos sumptuosos templos e maravilhosos edefiçios; e vay toda esta obra e casaria em muitas amdainas, a maneira de huns paços", o que podemos associar à distribuição, aparentemente desordenada, de capelas, que D. João de Castro tinha em projecto para a Penha Verde²³.

Tal fascínio e atracção mística pelo Oriente e sua arte, seriam motivação suficiente para não se querer afastar, ou antes, para tentar recriar esse ambiente em domínios seus, onde pudesse reflectir e gozar calmamente, tal como os seus amigos.

De entre este conjunto, o destaque vai para a capela de nossa Senhora do Monte, que ergueu em cumprimento da promessa que fizera no Oriente.

Também são facilmente associáveis, à vida e contactos de D. João de Castro, as sugestões militaristas que se evidenciam nesta capela, cujo conjunto maciço tem a estrutura de guarita.

²¹ DESWARTE, Sylvie (1992: 175-176).

²² MOREIRA, Rafael (1995: 84).

²³ DESWARTE, Sylvie (1992: 45).

Mas é ao usufruir do interior da capela que nos aproximamos da sua ambiência, do seu espaço intimista, cuja cúpula, insistente preservação da verticalidade, poderia ser, acima de qualquer valor lógico, a simples necessidade humana de um lugar, onde, longe de tudo, e isolado num cenário de natureza selvagem, se pudesse tentar aproximar de Deus, da calma, tranquilidade, límpida paz que só perto d'Ele se poderia tentar usufruir. Seria então uma tentativa de aproximação aos Céus?

A ermida dispensa, na simplicidade desta sugestão, de qualquer decoração subsidiária, tendo todos os seus elementos um simbolismo associável.

Logo nas colunas, em número de seis, que são os mesmos que os dias da criação do mundo, e que se exprime pelo hexágono estrelado, cujos ângulos tocam as colunas. Este consegue-se numa conjugação de dois triângulos invertidos, o que representaria, por sua vez, os dois extremos do universo, marca, portanto, a "*oposição da Criatura ao Criador num equilíbrio indefinido*" faz a distinção sem se distanciar, podendo, assim, pender para a união do Homem — neste caso, de D. João de Castro — a Deus²⁴.

O facto de ter apenas duas janelas, formando com a porta três aberturas de luz para um pequeno espaço, pode querer associar-se à existência de três pessoas em Deus, que é uno na união do céu e da terra; "*exprime uma ordem intelectual e espiritual, em Deus, no cosmos ou no homem*"²⁵. No topo deste espaço, temos o relevo de um querubim, o qual, na hierarquia celeste, pertence à ordem superior, muito próximo de Deus e, assim, recebendo as iluminações; representa, portanto, a "*aptidão para conhecer e para contemplar Deus, para receber os mais altos dons da sua luz*"²⁶.

Mas, com grande destaque em toda esta estrutura, está o relevo em mármore, representando a Sagrada Família, e que, possivelmente foi trazida pelo filho, D. Álvaro, de Itália, depois de 1563.

Estas poderiam ser as sugestões que D. João de Castro queria ter presentes, quando aí gozasse, no cume do seu mundo, o "*símbolo das regiões celestes e terrestres*"²⁷, ou seja, as dádivas de Deus, apreciáveis na beleza das estrelas, mais uma vez, revelando o seu

²⁴ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain (1994: 591).

²⁵ *Idem*, p.556.

²⁶ *Idem*, p.654.

²⁷ *Idem*.

gosto pela astrologia, neste recanto onde se pode contemplar todo o esplendor da natureza.

Isto sem, no entanto, se distanciar muito dos prazeres mundanos, pois a vila de Sintra era, na época, um centro por onde passava a Corte e se fixavam aristocratas com as edificações e empreitadas artísticas consequentes, tão na moda, dentro desta classe, e que se veio a repetir, mais tarde, na época Romântica.

Nesta perspectiva, facilmente se associa a Penha Verde a alguém que, sem pôr em causa a sua dedicação ao grande amigo D. Luís, ao seu Rei e, acima de todos, à Virgem Maria, gosta de se fazer notar e reconhecer, como bem o demonstra o "cortejo triunfal" à romana, de que foi protagonista na sua entrada em Goa — em dezanove de Abril de 1547 — após a vitória em Diu, e ainda a necessidade de se perpetuar, mandando pintar os quadros dos Vice-reis e Governadores, nesse mesmo ano (restaurados em 1616).

O próprio caminho que nos conduz para a ermida, remete-nos para uma ambiência específica: trata-se de uma galeria de memórias fechada sobre si mesma, pelas suas evocações de um passado glorioso, constantemente lembrado ao seu guerreiro aqui "retirado"; o que se prevê logo no acesso ao patamar da capela, onde temos as estelas em sânscrito e, a encimar as escadas, novamente uma homenagem a D. Luís, o amigo que lhe proporcionou tantas experiências quantas tenta aqui retratar com uma inscrição: "João de Castro dedica-te este monte para que o transformes em símbolo das regiões celestes e terrestres."²⁸

É aqui que D. João de Castro se isola com ele mesmo e com a sua história para, no fim da caminhada, se encontrar a sós com os Céus, por intermédio da Virgem Maria, de quem se reclama protegido e a quem dedicou a sua vida aqui representada, como nos ilustram as várias inscrições que se perfilam na ermida: no avental a encimar a porta da capela pode ler-se que "*ao regressar à Pátria, são e salvo pela graça de Cristo, à Virgem Maria dedicou este templo votivo, 1542*", promessa que estaria cumprida no ano seguinte, o que lhe

²⁸ STOOP, Anne de (1986: 293).

Note-se que, também "oriundos" da escola de Pedro Nunes, D. Luís e D. Henrique, tiveram um papel de destaque na Cultura e Arte Portuguesa e foram, igualmente, autores de espaços arquitectónicos, centrados e de enorme carga erudita e simbólica: a Capela do Bom Jesus de Valverde, do Cardeal-Infante D. Henrique, de 1544; a Capela Palatina de Salvaterra de Magos, do Infante D. Luís, o centro deste núcleo erudito, de 1547.

"confirmaria" a protecção, nos marcos pétreos, à esquerda, "*Ireis salvos feitos os votos. Ireis salvos. 1543*"; e à direita, "*Cumpridos os votos voltareis salvos. Voltareis salvos*"; o que D. João de Castro pretendia, acima, até, do cumprimento da promessa.

Assim idealizaria o seu merecido repouso mental e físico, pois aí queria ser sepultado, daí a tradição de que no sítio onde se encontra o túmulo descansa o seu coração, mas que é, vulgarmente, atribuído, a D. Francisco Saldanha, seu descendente.

Não o conseguiu, e tendo que acompanhar a construção da fortaleza de Diu, foi para Goa em Abril de 1547, cidade onde foi sepultado, na Igreja de S. Francisco, após a sua morte, em seis de Junho de 1548. Em 1576 foi trasladado para o Convento de S. Domingos de Lisboa, pelo seu filho D. Álvaro, e, depois, para o de S. Domingos de Benfica, onde em vida mandara rezar Missas, ficando, assim, por cumprir o seu desejo de ser sepultado na Penha Verde.

O seu filho, D. Álvaro de Castro (1525-1575), volta para Lisboa e, em Sintra, tenta corresponder aos desejos do pai. A ele se deve a encomenda a Bruxelas, entre 1555 e 1560, das famosas tapeçarias de D. João de Castro. As tapeçarias seriam de seu programa e com desenhos do pintor maneirista António Campelo, que teria conhecido em Roma. Quanto à encomenda "*terá sido um presente régio de alto prestígio nacional — a Infanta D. Maria — que seguiu o seu caminho lógico até às colecções dos inesperados Habsburgs*", encontrando-se hoje em Viena²⁹. Mas que são, sob vários aspectos, uma rica descrição dos grandes feitos de seu pai.

D. Álvaro concretiza, também, várias das aspirações de D. João de Castro: recebe, finalmente, em Novembro de 1553, o bosque anexo à Penha Verde, seis anos depois de prometido, como recompensa da proeza de Diu; coloca as pedras orientais pelas indicações de seu pai; no fim da sua segunda missão diplomática a Roma (1567-68) o Papa Pio V deu a D. Álvaro o Hércules da "villa Giulia", que colocou à entrada da Penha Verde.

Para finalizar destacamos a participação dos netos de D. João de Castro: D. Fernando (1568-1641) e D. Francisco. Ao primeiro, D. Fernando, se deve, para além de melhorar as colecções da Penha Verde, uma tentativa de biografia do avô, onde se inclui o relato do triunfo de Goa. Ao Bispo da Guarda, e Inquisidor-mor, D. Francisco de Castro (1574-1653), coube, um século depois, a conclusão dos Jardins e "*villa rustica*", entre 1640 e 1651, criando um conjunto cujas

²⁹ MOREIRA, Rafael (1995: 85).

características o "colocam num dos primeiros casos de arranjos paisagísticos que abrem o grande período da 2ª metade do século XVII"³⁰.

Realizou o sonho que D. João de Castro descrevera em carta de D. Luís: "encher estes picos da serra de Sintra de Ermidas", das quais apenas a primeira é rectangular, a segunda e terceira são circulares à imagem da de Nossa Senhora do Monte, sendo todas num mirante. Fez igualmente três fontes e, em 1641, mandou erguer a "cruz vitoriosa" no monte das Alvíssaras, defronte da terceira capela, a de Santa Catarina, e perto da inscrição que diz: "D. J de C. vicerei das I, agosto, feliz, piedoso e invicto triunfador do Oriente, que por igual dominava e desprezava as riquezas, determinou que este monte, unica recompensa que pediu ao rei pela Asia vencida, fosse consagrada ao estandarte de cruz vitoriosa"³¹ epígrafe que, pensamos, ser muito próxima da imagem que D. João de Castro quis deixar aos seus filhos, aos amantes da cultura e a todos nós.

Bibliografia:

- ANDRADE, Jacinto Freire de (1968), *Vida de D. João de Castro. Quarto vizo-rei da Índia*, Lisboa.
- PAULINO, Francisco Faria (coord.) (1994), *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa* (catálogo), Porto, C.N.C.D.P.
- CAIXEIRO, Maria Cândida (1995), "Estela indiana com inscrição em sânscrito e a Lenda de Elefanta", *Tapeçarias de D. João de Castro* (catálogo), Lisboa, I.P.M.
- CARITA, Helder (1987), *Tratado da Grandeza dos jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta arte*, Edição do autor.
- CASTRO, D. Francisco de (1995), *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, ed. de Luís de Albuquerque, Tomar, E.S.T.T.
- CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain (1994), *Dicionário dos Símbolos*, (Paris, Júpiter, 1982), tradução de Cristina Rodriguez e Artur Guerra, Lisboa, Ed. Teorema.
- VIMIOSO, Conde de (1735), *Vida do Infante D. Luís*, Lisboa.
- CORREIA, J. E. Horta (1991), *Arquitectura Portuguesa, Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão*, Lisboa, Ed. Presença.

³⁰ CARITA, Helder (1987: 102).

³¹ STOOP, Anne de (1986: 294).

- COUTINHO, Lopo de Sousa (s/d), *História do Cerco de Diu*, I^o.
- DAVEAU, Suzanne (1992), "O Tratado da Esfera atribuído a D. João de Castro: dúvidas e significado", *Cristóvão Colombo - a América e os Portugueses*, Cadernos Históricos - V, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimentos.
- DESWARTE, Sylvie (1992), *Ideias e Imagens em Portugal na época dos Descobrimentos. Francisco de Holanda e a Teoria da Arte*, Lisboa, Ed. Difel.
- DIAS, Pedro (1998), *História da Arte Portuguesa no Mundo. 1415-1822 - O Espaço do Índico*, Lisboa, Ed. Círculo de Leitores.
- DIAS, Pedro (1987), *A Importação de Esculturas de Itália nos Séculos XV e XVI*, Coimbra, Ed. Minerva.
- FERNANDES, José Manuel (1991), *A Arquitectura*, Europália/91, Lisboa, I.N.C.M.
- GARCIA, José Manuel (1995), "D. João de Castro: Um homem de guerra e ciência", *Tapeçarias de D. João de Castro* (catálogo), Lisboa, I.P.M.
- GARCIA, José Manuel (1994), "O Elogio do Infante D. Henrique pelo Humanista Poggio Bracciolini", *Oceanos*, N^o 17, Lisboa, C.N.C.D.P.
- HAUPT, Albrecht (1986), *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, edição com introdução crítica e revisão de texto de A. C. Mendes Atanásio, Lisboa, Ed. Presença.
- LEÃO, Francisco G. Cunha (coordenação) (1998), *O Índico na Biblioteca da Ajuda*, Lisboa, C.N.C.D.P., Centro de Estudos Damião de Góis.
- MACHADO, Ana Maria R. T. Xavier de Basto Goulão (1995), *Esculturas italianas em Portugal nos Séculos XV e XVI*, Coimbra.
- MARKL, Dagoberto (1995), "O Humanismo e os Descobrimentos. O impacto nas artes", *História da Arte Portuguesa* (Dir. de Paulo Pereira), Vol. II, Ed. Círculo de Leitores e Autores.
- MARKL, Dagoberto (1986), "O Renascimento", in *História da Arte em Portugal* (enciclopédia), vol. 6, Lisboa, Ed. Alfa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1995), *Breve História de Portugal*, Lisboa, Ed. Presença.
- MOREIRA, Rafael (1995), "D. Álvaro de Castro e a encomenda", *Tapeçarias de D. João de Castro* (catálogo), Lisboa, I.P.M.
- MOREIRA, Rafael (1995), "Arquitectura: Renascimento e Classicismo", *História da Arte Portuguesa* (Dir. de Paulo Pereira), Vol. II, Ed. Círculo de Leitores e Autores.

- MOREIRA, Rafael (1987), "A Escola de Arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid", *As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na época dos Descobrimentos* (actas), Coimbra, Ed. Minerva.
- MOREIRA, Rafael (1995), "D. João de Castro e Vitruvius", *Tapeçarias de D. João de Castro* (catálogo), Lisboa, I.P.M.
- MOREIRA, Rafael (1988), "Os primeiros engenheiros-mores do império filipino", *Portugal e Espanha entre a Europa e Além-mar* (actas), Coimbra, Fac. Letras.
- PEREIRA, Fernando António Baptista (1992), *História da Arte Portuguesa, época moderna (1500-1800)*, Lisboa, Univ. Aberta.
- RAMALHO, Américo da Costa (1983), *Estudos Sobre o Século XVI*, Lisboa, I.N.C.M.
- RAU, Virgínia (1965), "Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi" (separata), *Estudos Italianos em Portugal*, Nº 24.
- SILVA, Raquel Henriques da (1989), "A Ermida de Nossa Senhora de Janas", *Mundo da Arte*, IIª Série, Nº 2.
- SERRÃO, Vítor (1989), *Sintra*, Lisboa, Ed. Presença.
- STOOP, Anne de (1986), *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Barcelos.
- VASCONCELOS, Carolina Micheëlis de (1983), *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as Suas Damas*, ed. fac-similada e com prefácio de Américo da Costa Ramalho, Lisboa, Ed. Biblioteca Nacional.
- VILELA, José Stichini (1982), *Francisco de Holanda - Vida, pensamento e obra*, Lisboa, Ed. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- JUROMENHA, Visconde de (1838), *Cintra Pinturesca ou Memoria Descritiva da Villa de Cintra, Collares, e seus arredores*, Reimpressão Anastática da Edição original, Série A - Monografias Historiográficas, nº 1, Ed. Câmara Municipal de Sintra, 1989-1990.
- VITERBO, F. M. de Sousa (1988), *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Constructores Portugueses* (1899), prefácio de Pedro Dias, Lisboa, I.N.C.M.
- ZÚQUETE, Afonso (1962), *Tratado de Todos os Vice-Reis e Governadores da Índia*, Lisboa, Ed. Enciclopédia.